



BANCA

Belém afasta privatização da Caixa

A venda parcial da CGD não passou por Belém nem pelo Banco de Portugal e divide opiniões entre políticos, banqueiros e académicos. Na Europa só o Reino Unido e os países de Leste não têm banca pública

A privatização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) não chegou a Belém, o Banco de Portugal não foi ouvido e a notícia apanhou de surpresa a própria administração do banco público.

Fonte oficial de Belém garantiu ao Expresso que "não está em andamento nenhum processo de privatização da Caixa", deixando assim claro que a operação não está em curso nem se espera que ocorra nos próximos tempos. O dossiê terá de ter o aval de Cavaco Silva, que não se pronunciou publicamente sobre o tema. Mas é de crer que atendendo ao seu perfil e carreira pública, uma eventual privatização do banco do Estado não seja vista como uma prioridade, sobretudo no contexto da delicada situação económica, financeira e política que o país atravessa.

No Banco de Portugal (BdP), que não divulga posição oficial, o assunto não foi ainda discutido. Ao que apurou o Expresso, a privatização da Caixa é vista pelo regulador como um tema que não pode passar sem uma reflexão aprofundada, em particular numa altura em que a estabilidade do sistema financeiro é crucial.

Fontes da CGD, por sua vez, asseguraram ao Expresso que uma eventual privatização não deverá colocar-se a curto prazo, até porque neste momento corre a venda das unidades hospitalares do grupo (Caixa Saúde) e está em avaliação a venda da holding dos seguros do banco público. Esta venda — que estava prevista inicialmente até ao final do ano — acabou por ser adiada tendo em conta o elevado risco do país, que faz baixar o valor dos ativos da empresa, e a eventual falta de interessados.

Privatização sem consenso

Foi o descontrolo do défice (sem medidas extraordinárias ficaria acima dos 6% em 2012) que terá levado o Ministério das Finanças a levantar a questão com a troika na última avaliação do programa de assistência, ao que esta não seria de todo hostil. Estavam assim lançados os dados para um aceso debate sobre o papel da Caixa no sistema financeiro português.

O primeiro-ministro não assume que a privatização esteja a ser equacionada neste momento e é vago sobre essa possibilidade. Aliás, dentro do seu próprio partido, apesar da opinião favorável do líder, expressa muito antes de assumir funções, a questão não é pacífica. Na coligação muito menos. O CDS tem mostrado alguma resistência e Paulo Portas dizia antes das eleições, em abril de 2011, que "tinha reservas" face à abertura do capital da Caixa a privados.

Certo é que a Parpública, empresa que controla as participações do Estado, mandou fazer uma avaliação da CGD à Deloitte, simultaneamente auditora do grupo. Questão criticada por várias fontes ouvidas pelo Expresso, que consideraram "escandaloso" que a auditora pudesse ser a avaliadora, já que levanta problemas de conflitos de interesse. A Parpública — cujo presidente Joaquim Reis está demissionário e será substituído por Joaquim Jorge, ex-Estradas de Portugal — mantém silêncio sobre o tema.

O Ministério das Finanças garante que a avaliação está relacionada apenas com a transferência de parte do capital da CGD do Tesouro para a Parpública, com o objetivo de equilibrar as contas e



DISSERAM

Não está em andamento nenhum processo de privatização da Caixa Geral de Depósitos

Presidência da República

Sou defensor de que o Estado deve manter o controlo da CGD, mas pode tal como o Banco do Brasil ou as Caixas em Espanha vender entre 30% a 40% do seu capital. E nem sequer acho que seja uma má altura

Pedro Rebelo de Sousa
administrador da CGD (maio de 2012)

Disse várias vezes que era contra a privatização da CGD. Atendendo à situação difícil do nosso país, parece que a privatização não seria um problema

Ricardo Salgado
presidente do BES

Essencial será definir o âmbito de atuação da CGD no sistema financeiro. Uma privatização parcial poderia contribuir para uma análise mais criteriosa dos investimentos da Caixa. Nos moldes em que funciona atualmente não se justifica enquanto banco público

Fernando Alexandre
economista, professor da Universidade do Minho

A experiência recente da CGD mostra-a como um braço armado da facção política que estiver no poder. Como instrumento de intervenção do Estado na banca tanto é para o bem como para o mal. Neste momento, não estou convencido que o valor económico deste instrumento de valor produzida pela ingerência política

Pedro Pita Barros
economista, professor da Universidade Nova

contrabalançar as saídas da EDP e da REN. Mas não foi esse o entendimento inicial do meio financeiro, que considerou que se tratava de um sinal de que a privatização ia mesmo avançar.

A privatização da Caixa divide opiniões. Os banqueiros são a favor — Fernando Ulrich, presidente do BPI, diz que sim, Ricardo Salgado, presidente do BES, era contra no passado, mas mudou de opinião e defende que nas atuais circunstâncias uma privatização parcial poderá ser equacionada. O ex-ministro da Economia socialista Vieira da Silva é contra, Já Pina Moura, que tam-

bém teve a pasta da Economia, não vê inconveniente em privatizar desde que o Estado mantenha o controlo, já que isso aumentaria a eficiência da gestão. Entre os administradores da Caixa, a única posição conhecida publicamente é a do Pedro Rebelo de Sousa, que em maio de 2012, defendia a privatização de 40% do banco públicos.

Já junto de académicos a questão de fundo, mais do que abrir o capital a privados ou não, passa por discutir o papel que um banco público deve ter na economia. Se for para ser utilizado como um instrumento ao serviço do poder polí-

tico, a maioria contactada pelo Expresso é a favor da privatização.

Banca pública ou privada?

"A questão do Estado controlar um grande banco não é nada simples", diz Abel Mateus, administrador do BERD (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento). "O que se tem advogado é que a entrada de privados poderá melhorar a governação do banco. É evidente que depende de que privados e que interesse têm estes na governação", alerta. O ex-presidente da Autoridade da Concorrência, avança ainda: "Não deixa de ser interessante que no Reino Unido, com um Governo conservador, embora em coligação com os liberais, se esteja a propor a constituição de um pequeno banco controlado pelo Estado para fazer empréstimos às pequenas e médias empresas."

A maioria dos países tem bancos públicos. E mesmo os EUA têm instituições públicas financeiras específicas para certas funções, como a Fannie Mae e Freddie Mac que compram hipotecas, ou o Export-Import Bank que financia exportações, exemplifica Abel Mateus. Por seu turno, Pedro Camões, da Universidade do Minho, defende que "se o objetivo é que a CGD tenha um papel importante na política de financiamento da economia, deverá manter-se como empresa pública". E aponta o que a distinguiria: financiar as PME em

condições de algum modo favoráveis; financiar alguns investimentos públicos em condições preferenciais; apoiar a internacionalização das empresas portuguesas, mesmo dos grandes grupos económicos e ser um referencial de solidez e qualidade no sistema bancário.

Não deixa de ser curioso que a privatização da Caixa se discuta num momento histórico em que já houve uma nacionalização (BPN) e o Estado poderá tornar-se acionista de alguns bancos.

ANABELA CAMPOS, ISABEL VICENTE e LUISA MEIRELES
acampos@expresso.imprensa.pt

INDICADORES DA CGD

■ €2,7 mil milhões é uma das avaliações possíveis (tem por base o valor dos capitais próprios multiplicado pelo *price to book ratio* do sector que é de 0,4)

■ A quota de mercado é de 30%

■ Em junho registou €728,9 milhões de imparidades e provisões, em termos anuais pode ascender a €1200 milhões

■ Tem à venda a área da Saúde — que pode valer cerca de €80 milhões. A área dos seguros está a ser avaliada

Banco do Brasil estará presente

O Banco do Brasil (BB) estará seguramente presente na privatização da CGD, se tal vier a ocorrer, disse ao Expresso o embaixador do Brasil, Mário Vilalva. Segundo o diplomata, há muito tempo que o banco brasileiro procura ampliar os seus negócios em Portugal (e recorde-se a aproximação, em tempo, ao Banif e ao BCP), pelo que, "se acontecer a venda de 20% do capital da CGD, haverá interesse do BB". Ambas as instituições bancárias têm uma excelente relação e convénios. "A CGD é uma boa parceira do Banco



Mário Vilalva, embaixador do Brasil em Portugal

do Brasil". Por enquanto, tudo é muito incipiente e as regras do jogo não são claras. "Não se pode ser candidato a uma vaga que ainda não existe", rematou o diplomata. L.M.

ILUSTRAÇÃO: PALLO BUCHHINO

Belém afasta privatização da Caixa



→ Dossiê não passou pela **Presidência da República** nem pelo **Banco de Portugal** → Economistas divididos sobre venda da CGD ^{ES}



Belém afasta venda da CGD

A privatização parcial da CGD não passou na Presidência da República nem no Banco de Portugal. “Não está em andamento nenhum processo de privatização da CGD”, diz fonte oficial de Belém. A eventual venda do banco público surpreendeu a própria administração da Caixa e divide políticos, banqueiros e académicos. Na Europa, só o Reino Unido e os países de Leste não têm banca pública. Num cenário de venda, o Banco do Brasil está interessado, diz o embaixador. €9